



EIXO TEMÁTICO 9: A CIDADE, LUGAR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

ENTRE O MATERIAL E O IMATERIAL: a experiência da Fortaleza de São José de Macapá e a Educação Patrimonial

BARBOSA, ADRIAN K.P (1); MAGALHÃES, MAÍRA C. O. (2)

1. Avenida Piauí, 1134, Bairro Pacoval. Macapá/AP
adrianbarbosa267@gmail.com

2. Avenida Afonso Pena, 3678 apto 1102, Bairro Cruzeiro. Belo Horizonte/MG
mairaonofri@hotmail.com

RESUMO

O tema deste artigo – Entre o Material e o Imaterial: a experiência da Fortaleza de São José de Macapá e a Educação Patrimonial – foi construído ao longo da vivência em atividades práticas das pesquisadoras na cidade de Macapá, no Amapá, e que juntas - recentemente - realizaram uma consultoria técnica para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Dossiê Técnico de Candidatura (DTC), que foi o produto final desta consultoria, visou embasar o monumento cultural do Estado, que é a Fortaleza de São José de Macapá (FSJM), em vista ao reconhecimento como bem seriado na lista do Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. A fortificação é lindeira à margem esquerda da foz do rio Amazonas e é considerada a maior fortificação das muitas construídas pelos colonizadores portugueses em solo brasileiro. No início de sua construção, para além de outras funções, ela serviu para definir e defender as fronteiras terrestres, fluviais e marítimas do Brasil Colônia. A sua implantação, no norte do país, está diretamente ligada às definições cartográficas das fronteiras territoriais e fluviais da colônia portuguesa, que posteriormente, se firmaria como a extensão territorial do estado brasileiro. Existiram diversas estratégias de ocupação e exploração naquele espaço, que ao longo dos anos, promoveu um incessante intercâmbio de valores humanos; e atualmente, a fortificação se configura como um patrimônio cultural de identidade do povo amapaense e tem uma ligação direta com a memória e história desta população. A fortificação transborda relações de características materiais e inunda o campo imaterial, interagindo com a manifestação cultural amapaense “Marabaixo” (patrimônio imaterial pelo IPHAN), que quando lá dentro, é manifestado e reafirma a presença livre de negros(as) diante da luta dos seus ancestrais. Interage também com os capoeiristas, indígenas, sobreviventes da Ditadura Militar, ressignificando assim, este espaço como campo de luta e resistência dos corpos políticos e culturais. Desta maneira, o que se pretende articular neste artigo, se refere a essas relações da fortificação e a cidade de Macapá, partindo dos seguintes questionamentos: como a FSJM promove o debate no campo da educação patrimonial? Como podemos relacionar elementos materiais e imateriais (como o Marabaixo, por exemplo) com a discussão da educação e preservação? Assim, essas e outras questões são pontuadas no artigo trazendo o campo da cidade como diverso e interativo, ressaltando as relações entre espaços "materiais e imateriais" em sua existência histórica.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Fortaleza São José de Macapá; Marabaixo; Educação Patrimonial.

Apresentação da temática

A realização desse artigo científico surgiu dos estudos elaborados pelas pesquisadoras no âmbito da execução do Dossiê Técnico de Candidatura (DTC), da Fortaleza de São José de Macapá (FSJM), visando alcançar o título como bem seriado à Patrimônio da Humanidade, junto à UNESCO. O título, que ainda será analisado, descreve outras fortificações militares que, em conjunto, recontam e ajudam a descrever uma parte da história da ocupação brasileira. Partindo de um esforço técnico para entender as relações entre o patrimônio material¹ e o imaterial², a fortificação amapaense - a Fortaleza de São José de Macapá – trás importantes considerações e reflexões no campo do patrimônio como um todo. O artigo científico proposto versa sobre suas características bélicas e arquitetônicas, mas também, busca compreender este espaço como um equipamento cultural; como é entendido nos dias de hoje: sendo um produto de movimentações globais de estabelecimento de fronteiras e territórios que reflete ao longo dos séculos as relações sociais, econômicas e culturais em escala regional e global.

Suas características arquitetônicas, a contar suas linhas de defesas externas, classificam-na como uma *fortaleza* sendo a única com tal status, oficialmente, dentro das inúmeras fortificações luso-brasileiras. Sua localização de destaque, no centro da cidade de Macapá, no Amapá, se adere à paisagem urbana estabelecendo um aspecto simbólico ao lugar, sendo ela picadeiro e pano de fundo às diversas atividades da sociedade amapaense. A relação deste edifício enquanto patrimônio identitário da região, extrapola o sentido de edificação meramente defensiva, mas passa a significar um espaço de memória, palco da exploração de etnias (africanas e indígenas) em virtude de uma reafirmação do domínio colonizador, que transpassa, também, por períodos de severo abandono econômico (e outros) e transformações políticas marcante ao cenário nacional.

¹Bens de natureza material podem ser imóveis como, cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Os Instrumento de identificação e preservação do patrimônio material são o tombamento e Chancela da paisagem cultural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>> . Acesso em 23 mai. 2021.

²Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Os Instrumento de identificação e preservação do patrimônio imaterial são o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), Dossiê e Registro. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em 23 mai. 2021.



Figura 01: Fortaleza São José de Macapá, vista do Rio Amazonas e da capital Macapá. Imagem realizada por drone pelo técnico do IPHAN/AP, Rodrigo Machado, 2020.

Histórico sobre a implantação desta fortificação

Localizada na capital Macapá, a Fortaleza de São José de Macapá é uma fortificação abaluartada que tem sua construção datada de 1764 a 1782 e que foi erguida com o intuito de proteger as fronteiras do Cabo Norte, atual Estado do Amapá. Essa é a maior fortificação construída por portugueses na América do Sul em metros quadrados e atualmente está integrada ao Parque do Forte, que ocupa uma área grande ao redor da edificação. A fortificação é lindeira à margem esquerda da foz do rio Amazonas e, no início de sua construção, para além de outras funções, ela serviu para definir e defender as fronteiras terrestres, fluviais e marítimas do Brasil Colônia.

O sítio histórico da FSJM tem sua construção ligada à um importante período histórico da humanidade: as disputas territoriais entre as diversas nações colonizadoras ao longo dos séculos XV ao século XVIII pela ocupação e domínio da área norte do Brasil. É importante ressaltar que essas expedições ao longo do Rio Amazonas tinham como objetivo a busca por riquezas que abasteciam o mercado Europeu (ouro proveniente do Peru, assim como

iguarias e madeira da grande floresta) e subsidiar a ocupação da colônia através da escravização de indígenas. A implantação desta fortificação está diretamente ligada às definições cartográficas das fronteiras territoriais e fluviais da colônia portuguesa que posteriormente se firmaria como a extensão territorial do estado brasileiro. Ela conta com elementos complementares extramuros em posições estratégicas, e atualmente, configura-se como a maior fortaleza implantada no território sul-americano. A Fortaleza de São José de Macapá é, portanto, um exemplo de fortificação portuguesa, ao que rege os padrões internacionais, para edificações bélicas do século XVIII.

Vale voltar um pouco na história e lembrar que, no ano de 1750 foi delimitado que o território em questão pertencia a Portugal e, neste processo, de tomada de terras no que hoje considera-se “América Latina”, o sistema escravocrata explorou negros africanos e indígenas (povos originários) causando o *genocídio* e *epistemicídio*³ destes grupos étnicos, no que diz respeito a essas práticas Santos (1995, p. 328) aponta que:

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais).

Desta forma compreende-se que esta foi uma ferramenta que exterminou uma parcela das populações indígenas, porém, mesmo diante das duras investidas dos colonizadores, esses povos resistiram perpetuando suas comunidades e culturas. Diante do contexto social e econômico da coroa portuguesa e a necessidade de proteção das terras do Cabo Norte (atual estado do Amapá, onde se localiza a fortificação aqui analisada) as muralhas da FSJM tomaram forma durante seus 18 (dezoito) anos de construção com todo o aparato necessário para torná-la uma fortificação de grande porte.

No que tange aos elementos de defesa da América Portuguesa, as fortificações erguidas despontavam como uma forma de marcar o território e foi neste contexto que se implantou

³ Utilizamos os conceitos formulados por Santos (1995, p.328) para demonstrar uma das consequências da colonização (o extermínio de parte das populações indígenas), no tocante que o autor pontua que este é um dos elementos mais duradouros e eficientes formulados pela colonização.

nas terras do Cabo Norte (que fica na Amazônia brasileira) uma das maiores fortificações militares luso brasileiras erguidas no período colonial, a Fortaleza de São José de Macapá.

Desde o período colonial a Amazônia tem se construído como um território que abrange diversas narrativas, como os olhares fantasiosos dos viajantes/naturalistas/colonizadores em busca de especiarias, ouro e territórios e as ressignificações de histórias, culturas, narrativas de sua população que através do tempo reescreve a história da região e amplifica as vozes dos sujeitos amazônicos. Partindo dessa análise compreendemos que o espaço amazônico é uma das regiões cruciais para a configuração do que hoje consideramos Brasil.

Características arquitetônicas da fortificação e sua proteção

A Fortaleza de São José de Macapá tem como característica arquitetônica seus baluartes, que mescla com o traçado italiano do estilo arquitetônico Vauban⁴ de 8ª ordem, sendo um quadrado com baluartes nos vértices, a praça central e oito prédios dispostos dois a dois, destinados a usos específicos. A fortaleza ainda possui obras extramuros como bateria de faxina, bateria baixa, esplanada e revelim. Construída com estrutura em alvenaria de pedra e cal, a fortaleza foi o resultado de vários projetos, cuja planta arquitetônica principal tem a configuração de um quadrado com baluartes nos vértices, praça central e oito prédios dispostos dois a dois, destinados a armazéns, capela, escritórios e hospital.

As casamatas abrigaram as cozinhas, dormitórios e antigos calabouços. Sobre as muralhas, estão os 4 (quatro) grandes corredores de vigia e os baluartes que apontam para os pontos cardeais: nordeste, noroeste, sudeste e sudoeste. Importa destacar que a imagem não ilustra os elementos externos como a praça d'armas do caminho coberto, a bateria baixa e o caminho coberto. Ela ilustra apenas a planta baixa/atual da fortaleza, com suas características e elementos bélicos, arquitetônicos e estratégicos de defesa do território amapaense.

⁴ De acordo com o site Paris City Vision: "Sébastien Le Prestre (1633-1707), conhecido como o marquês de Vauban era um engenheiro e arquiteto militar que viveu no século XVII sob o reinado de Luís XIV. O Rei-Sol realizava campanhas que lhe rendiam muitos inimigos. A construção de fortes por Vauban permitiu defender as fronteiras do Reino da França. Suas localizações, bem como suas concepções, faziam delas fortalezas impenetráveis.

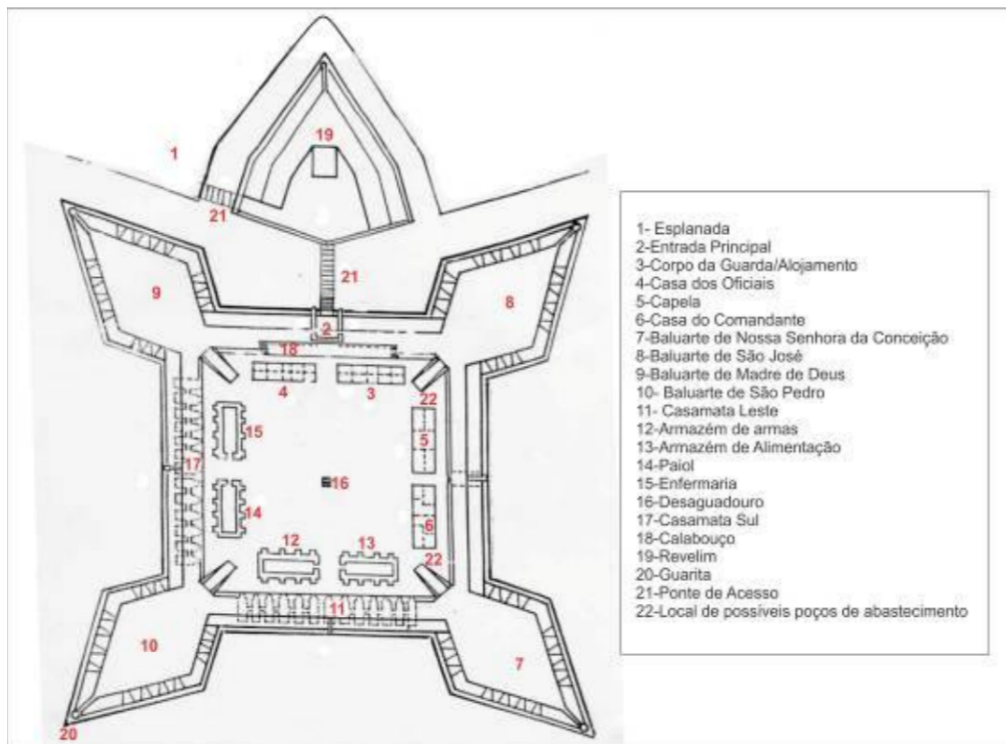


Figura 02: Imagem da planta baixa da Fortaleza de São José de Macapá. Disponível em: Oliveira (1999, *apud* Brito 2013) Obs: Imagem apropriada de Brito (A) (2013) que identificou os elementos do Guia de turismo da Fortaleza de São José de Macapá (2005).

Vale lembrar neste momento, que o estado do Amapá foi desmembrado em 1943 do estado do Pará para se tornar Território Federal do Amapá (TFA) e assim permaneceu por 45 (quarenta e cinco) anos até que em 1988, com a Constituição Federal Brasileira, o elevou a estado da Federação que assim, permanece até os dias atuais.

O bem em análise, localiza-se na capital do Estado do Amapá, na região central de Macapá, e é protegido por legislação federal, sendo objeto de tombamento pelo IPHAN através do Processo de Tombamento nº 423-T-50, inscrito sob o nº 269, folha 46, volume I do Livro do Tombo Histórico em 22 de março de 1950. A gestão da área é feita pelo Governo do Estado do Amapá e pela Prefeitura de Macapá sendo delimitado da seguinte maneira: A arquitetura da fortaleza, Praça do Forte e a área do Anfiteatro são de competência do Governo do Estado do Amapá. Visando uma harmonia entre as diversas instâncias, o IPHAN propõe na portaria 422/2011 parâmetros urbanísticos nas áreas de entorno que pretende minimizar e preservar sua ambiência/paisagem em relação ao monumento tombado.

A Fortaleza possui um plano de conservação - simplificado -, elaborado pelo IPHAN no ano de 2016, em que relata os tipos de intervenção (conservação preventiva/prevenção/salvaguarda/manutenção/restauração), o cronograma de ações destinadas de 2016 até o ano de 2021 em cada espaço/local e a descrição dos serviços em

cada área descrevendo as atividades. No ano de 2020, um novo documento foi elaborado pelo IPHAN na tentativa de abranger todas as fortificações, como bem seriado, descrevendo um novo plano de conservação para as fortificações.

O Museu Fortaleza de São José de Macapá, doravante denominado MFSJM, foi fundado pelo Decreto Lei nº 1.073 de 2 de abril de 2007 e está vinculado à Secretaria de Cultura do Estado-SECULT/AP, por intermédio da Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Histórico-CPPH-SECULT/AP. O Museu Fortaleza de São José de Macapá foi criado com objetivo de estruturar seus espaços, adequando-se aos novos tempos e as realidades regionais, visando cumprir sua função social e oferecer um serviço de qualidade à sociedade amapaense. A cessão de uso dos espaços internos da Fortaleza como auditórios, praça central, paiol de pólvora, dos baluartes, revelim, anfiteatro, estacionamento e demais áreas externas próximo ao núcleo central, são de responsabilidade do governo do Estado que possui seu regimento interno com as especificações e estruturas de usabilidade dos espaços.

Em 2018, foi formado o Comitê Técnico Estadual para candidatura das Fortalezas à Patrimônio Mundial, reunindo várias instituições representando o Governo do Estado, a Prefeitura de Macapá, o Exército, a FECOMERCIO (Federação do Comércio do Amapá), SEBRAE/AP, Federação do Turismo Amapaense e a sociedade civil organizada visando elaborar Planos de Gestão, de Negócios e Museológico para a Fortaleza de São José de Macapá.

A FSJM hoje é utilizada como museu e símbolo do Estado do Amapá. Essas duas categorias lhe conferem a necessidade de utilizá-la também como objeto de educação patrimonial o que geralmente acontece através de visitas das escolas da rede pública e privada da capital Macapá. Além disso, a FSJM tem intensa interação social entre a comunidade, pois segundo Brito (A) (2013) sua área é sempre cenário de inúmeras atividades do povo amapaense como: eventos religiosos, competições esportivas, festas cívicas entre outros. É importante ressaltar ainda que apesar de ser tombada pelo IPHAN desde 1950 a FSJM também possui a categoria de museu.

A fortificação em análise teve diversos usos ao longo da sua história como pode-se perceber, pois em princípio, ela foi construída com objetivo de proteger o Cabo Norte do país em defesa da Amazônia. Com a criação do Território Federal do Amapá ela foi usada por instituições públicas passando a abrigar a Imprensa Oficial quando passou a ser quartel da Guarda Federal; em 1950 após o tombamento pelo IPHAN, passou a ser usada como

hospedagem de famílias que imigravam para Macapá, cadeia pública para os presos da justiça, depois museu territorial e por último e recente, equipamento sociocultural para a comunidade amapaense. A feição do monumento possui uma leitura clara e objetiva de ser uma edificação com características bélicas tanto para quem está dentro da cidade de Macapá (próximo ao centro), quanto para quem chega de navio pelo Rio Amazonas, na margem esquerda.

Esta fortificação utilizou mão de obra livre e escravizada de indígenas e negros em seu erguimento, onde estes, faziam o trabalho braçal em condições insalubres durante o processo de construção. É importante ressaltar que tais indivíduos efetuavam fugas do local da construção como forma de resistência ao sistema que escravizava. Posterior ao período colonial, a FSJM ao longo do século XX passou a ser um espaço de uso do estado de múltiplas formas, destacando o título como patrimônio cultural material brasileiro desde os anos de 1950, por sua relevância histórica e arquitetônica nacionalmente reconhecida para o povo amapaense e brasileiro de maneira geral.

Entre o material e o imaterial e suas relações

Inserida na Amazônia Brasileira, a FSJM entre seus usos e funções, acompanhou várias fases da história do Amapá promovendo interações diversas no campo do patrimônio material (o qual ela tem como característica principal) e patrimônio imaterial através da agencia de sujeitos e grupos que compõe a sociedade amapaense. Esses sujeitos veem na edificação uma amplitude que está para além do palpável, material e ostentação/opressão colonial, portanto, ressignificada ela é território para vivência e resistência de grupos sociais como negros/as/ marabaixeiros/as⁵, comunidades indígenas, vítimas da Ditadura Militar em solo amapaense. Estes reafirmam sua presença no lugar, mas não de forma oprimida, mas sim livre e sincronizada com as dinâmicas da cultura amapaense.

Para ilustrar esta interação entre patrimônio material e imaterial, toma-se como exemplo o Marabaixo, que é uma forma de expressão elaborada pelas comunidades negras do estado do Amapá; manifestada especialmente por meio da dança e das cantigas com versos denominadas ladrão, espécie de poesia oral musicada a partir dos toques das caixas,

⁵ Grupos detentores do Marabaixo, forma de expressão amapaense.

instrumentos de percussão produzidos pelos próprios tocadores. Esta manifestação cultural foi registrada como patrimônio imaterial no ano de 2018 pelo IPHAN. (FREITAS, 2018, p.06)

O nome Marabaixo faz referência às mortes de negros escravizados em navios negreiros que eram jogados na água; como hinos de lamento, as catingas eram cantadas mar abaixo, mar acima. Com as ações do tempo e dos contextos o Marabaixo se aglutina ao cotidiano das comunidades negras do Amapá, seus segmentos religiosos, através de promessas/ entidades de devoção. É importante destacar também que o Marabaixo está diretamente ligado às comunidades quilombolas do estado, pois em geral, as festas em louvor aos santos católicos então dentro dessas comunidades.

Como evidenciado anteriormente, a fortificação foi construída através da mão de obra escravizada africana, sendo que, esses mesmos sujeitos também fomentam a ancestralidade do Marabaixo. Para Mônica Pessoa (2015), “atualmente, os afrodescendentes retomam a Fortaleza com a dança [...] É uma maneira de dizer que estão ali e sempre estiveram, que o lugar é deles e possui uma história de seus antepassados, que a construíram” (PESSOA, 2015 p. 57).

Os patrimônios materiais estão diretamente ligados às pessoas e pessoas produzem o que conhecemos por patrimônio imaterial, tal como o Marabaixo. Estes grupos ocupam, portanto, de maneira livre e empoderada, esse espaço que traz novos significados ao monumento e coloca-o como palco para as lutas sociais e culturais destes grupos, amplificando suas vozes e visibilidade, para Pereira e Barbosa (2020, [n.p]) “essa resignificação desponta principalmente pelo fato de que as populações locais têm tornado a FSJM um espaço de domínio popular, capaz de abrigar a pluralidade de identidades coexistentes dentro do Amapá.”



Figura 3: Marabaixo na Fortaleza de São José de Macapá - Festividades do aniversário de 263 da cidade. Fonte – Prefeitura de Macapá, 2021.

Outro exemplo, são as narrativas cosmológicas indígenas do povo Wajãpi, que denominam o espaço como *Mairi* “onde o criador Janejar havia abrigado [e protegido] seus antepassados do cataclisma que eliminou a primeira humanidade” (GALLOIS, 2007, p. 71). A FSJM já foi palco para exposição⁶ da arte Wajãpi e, desta maneira, compreende-se que há uma interação entre os elementos enquanto Patrimônio Material e também, às vivências dos sujeitos amapaenses e a pluralidade de grupos, etnias e formas de expressões presentes naquele espaço; através do Patrimônio Imaterial que circunda a história e o contexto patrimonial desta edificação.

A FSJM, portanto, habita na memória dos amapaenses criando uma memória coletiva do povo, nascendo então junto a este monumento um lugar de memória, que no entendimento de Nora (1993) simboliza espaços que refletem a história nacional e reúne características comuns a um grupo; que lhe proporciona sentido organizado e articulado, atrelado a um lugar de múltiplas identidades.

⁶ Exposição Jane Reko Mokasia (Organização Social dos Wajãpi) na Fortaleza São José de Macapá. Segundo o Instituto de Pesquisa e formação indígena – IEPÉ- Esta exposição foi elaborada pelos pesquisadores Wajãpi como parte das ações do Plano de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial Wajãpi. Com artefatos, fotos, textos, desenhos e ambientações, a exposição pretende mostrar aspectos do modo de vida do povo Wajãpi. Inaugurada inicialmente na Fortaleza São José de Macapá, no final de 2008, a remontagem da exposição no Museu Kuahí deve ficar aberta ao público até outubro de 2009. Disponível em: <<https://institutoiepe.org.br/2009/07/museu-kuahi-no-oiapoque-recebe-exposicao-dos-wajapi/>> . Acesso em 22 mai. 2021.

Entre o patrimônio material e imaterial a Fortaleza de São José de Macapá é um espaço de resignificação de valores e conceitos, que reafirma a rede heterogênea de identidades contidas no estado do Amapá - promovendo um intercâmbio de valores humanos expressos no entorno do monumento e grupos sociais que com ele interagem.

Em relação ao contexto da educação patrimonial neste espaço resignificado, infere-se no sentido de evidenciar a importância desta fortificação (e suas relações) para a preservação desses patrimônios e, almejando um conhecimento amplo e acessível para toda a história do povo amapaense. A educação patrimonial, segundo consta do site do IPHAN⁷:

todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

Logo, o ensino da cultura do Marabaixo, da história da FSJM e outros elementos materiais e imateriais nas escolas funcionam como uma ferramenta não só de aprendizagem, mas também de visibilidade e preservação do patrimônio. Como destacado pela autora Mônica Pessoa (2015) “a escola pode ser um lugar de arranjos políticos, vislumbrando as diferenças, de elos entre a história e a memória na medida em que ensina” (PESSOA, 2015, p. 66). Assim, considera-se essencial e fundamental estas relações estarem presentes no âmbito escolar, dialogando com a história e formação do espaço amazônico, e claro, com orientações fundamentais para uma formação social, histórica e cidadã e de cada ser humano que interage com aquele espaço.

⁷ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>> Acesso em 23 mai. 2021.

Referências Bibliográficas:

BRITO (A), Carla Marinho. **Visualidades da Fortaleza de São José de Macapá em interação com uma escola pública da cidade de Macapá** / Carla Marinho Brito - João Pessoa, 2013. 220f.

CASTRO. Adler Homero Fonseca de. **O fecho do Império: História das Fortificações do Cabo Norte ao Amapá de Hoje**. In: Gomes F.S. (Org.). *Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira Séculos XVIII/XIX*. Belém, Editora Universitária/UFPA, 1999, p.129-193.

COSTA, Luiz. G.da S. **As Fortificações do Amapá Colonial: Contexto e Historiografia**. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). In: *Revista Labirinto*, Porto Velho (RO), Ano XVIII, vol. 29 (jul-dez), n.1, 2018, P. 31-51.

FREITAS, Weleda. **Dossiê de Registro do Marabaixo**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Departamento de Patrimônio Imaterial - Coordenação-Geral de Identificação e Registro Coordenação de Registro – Páginas 101- Brasília, 2018.

GALLOIS, Dominique. **Gêneses waiãpi, entre diversos e diferentes**. *Revista de Antropologia*, v. 50, nº 1, 2007.

NORA, Pierre. **“Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares”**. *Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, no 10, p.7-29, dez.1993.

PESSOA, Mônica do Nascimento. **Não deixe que morra: o “Marabaixo” como elo entre patrimônio, memória e educação**. – Joinville: UNIVILLE, 2015.

PEREIRA, Higor; BARBOSA, Adrian K.P. **(Re)significando espaços: vidas negras importam e a Fortaleza de São José de Macapá – 2020** – Disponível em: <https://www.utopianegra.com/post/re-significando-espacos-vidas-negras-importam-e-a-fortaleza-de-sao-josé-de-macapá>

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.